



Centro Preparatório para Concursos em Odontologia

Informações sobre o edital do concurso do CROSP 2015

Vagas para Dentistas: 20 vagas
Salário base: R\$ 4.488,99
Inscrições: até 24/07/2015

Valor da Inscrição: 83.00

Inscrições pela Internet: site da vunesp

Prova: 13/09/2015

Informações: A carga horária é de 40 horas semanais.

INTENSIVO CROSP

EQUIPE COM PROFESSORES DA
BANCA
DO ÚLTIMO CONCURSO DO CROSP
1º LUGAR
NO ÚLTIMO CONCURSO DO CROSP

[SAIBA MAIS](#)



CROSP

Curso Preparatório Presencial - CROSP
Cirurgião Dentista - Fiscal

R\$ 1.699,00 ou
05x de **R\$ 390,00**

 [INSCREVA-SE](#)

Turma I (sábados e domingos) - 25 de Julho
Turma II (2ª, 4ª e 6ª) - 27 de Julho
Carga horária: 64 horas

A equipe que irá dar as aulas de conhecimentos específicos (leis, decretos e relatório técnico) já elaborou diversas questões de concursos para a VUNESP e fez parte de bancas examinadoras, incluindo a do concurso do CROSP em 2009.

Material Didático: O curso oferece Apostilas Completas e atualizadas com teoria e testes para o aluno se preparar e conseguir a aprovação.

O curso irá abordar todo o conteúdo solicitado no edital, incluindo português matemática, atualidades, código de ética e conhecimentos específicos. (Exceto informática).

O curso tem vagas limitadas e já está confirmado. Garanta sua vaga!

Informações e Inscrições
11 3159-1887
www.CursosPelaWeb.com.br

PROVA DO CROSP - VUNESP - 2009

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 10.

Para os humanistas, políticas públicas não devem dispor de nenhum mecanismo de proteção autoral. Não se trata de negar o mérito de sua origem, mas de ampliá-la ao máximo, levando seus benefícios ao maior número de populações às quais elas possam ser aplicadas. Antes de entidade odontológica, a ABO é uma entidade cidadã e humanista e, por conta disso, orgulha-se de participar da criação de políticas públicas de saúde bucal no Brasil que servem de modelo para o mundo.

O exemplo mais recente disso vem da África, dos nossos irmãos de língua portuguesa moçambicanos. O país, que tem apenas 60 cirurgiões-dentistas e uma população de 20 milhões de habitantes, vai adotar o modelo brasileiro de política pública odontológica para o seu povo e a participação da ABO (Associação Brasileira de Odontologia), no vislumbre de um futuro melhor para a saúde bucal dos moçambicanos, começou, quando o mesmo modelo foi vislumbrado para os brasileiros, resultando na criação do Brasil Sorridente, em 2004. A ABO participou ativamente da formulação e da implementação da política pública que tem revolucionado a atenção à saúde bucal do País, e agora, quer ajudar o governo de Moçambique para que o povo moçambicano também tenha acesso aos benefícios da Odontologia contemporânea. (...)

Muita Coisa ainda precisa ser melhorada na atenção à saúde bucal do povo brasileiro e a ABO continua atuante nesse sentido, mas é gratificante acompanhar nossas conquistas servindo de exemplo para populações tão diversas socialmente. A despeito de todas as diferenças étnicas, culturais e econômicas, a humanidade compartilha de uma necessidade básica: saúde. A ABO, como entidade humanista, já atua com responsabilidade social e ambiental e, agora, não vai se furtar a sua responsabilidade de promover a saúde bucal. *Com a proximidade do Natal quando o senso humanista é evidenciado ao redor do mundo, a ABO renova esse compromisso, não só por um Brasil Sorridente ou Moçambique Sorridente, mas por um planeta inteiro de sorrisos.*

(Jornal da Associação Brasileira de Odontologia, dezembro de 2008. Adaptado)

01. Assinale a alternativa correta sobre a ABO.

- (A) O objetivo principal da ABO é reconhecer o mérito dos que se dedicam a produzir trabalhos autorais.
- (B) A prioridade da ABO é garantir a produtividade científica de seus membros, no que se refere à saúde bucal.
- (C) A ABO não almeja obter resultados, mas somente garantir visibilidade com a divulgação de seus projetos.
- (D) Os princípios humanistas da ABO tomam-se inviáveis diante da realidade da saúde bucal no Brasil.
- (E) Como entidade odontológica, a ABO prioriza a criação de políticas públicas de saúde bucal de larga amplitude.

02. Pode-se afirmar que o Moçambique Sorridente, programa de saúde bucal de Moçambique,

- (A) está fadado ao insucesso por conta das condições sociais dos países africanos.
- (B) resultou de uma projeção simultânea à criação do modelo brasileiro.

- (C) adotou o modelo brasileiro para uma parcela apenas da população moçambicana.
- (D) sofreu restrições do governo moçambicano quanto aos reais benefícios ao povo.
- (B) tornou-se impraticável por causa do número insignificante de cirurgiões-dentistas.

03. Assinale a alternativa que apresenta informações corretas sobre o texto.

- (A) As condições de saúde bucal do brasileiro ainda não atingiram níveis de qualidade em função dos programas adotados nos últimos tempos.
- (B) Não há como a ABO comemorar suas realizações porque até hoje não conseguiu colher resultados positivos.
- (C) Os povos podem apresentar diferenças culturais e econômicas, mas estão congregados em torno de uma aspiração comum que é o ideal de saúde.
- (D) Por se tratar de uma entidade de classe, a ABO pode se isentar de responsabilidades e de compromissos perante a sociedade.
- (E) Dadas as diferenças sociais entre os países, o modelo de saúde bucal aplicado em um torna-se inaplicável em outro.

04. Assinale a alternativa que reescreve corretamente as ideias contidas no último parágrafo, em destaque no texto.

- (A) A época de Natal é propícia para a divulgação dos programas assistencialistas de instituições como a ABO.
- (B) As entidades de classe, como a ABO, tornam-se solidárias com a proximidade do Natal.
- (C) As condições de saúde bucal são revistas em todo o mundo com a aproximação do Natal.
- (D) O espírito natalino abre perspectivas para que a ABO estenda suas intenções humanistas a todo o mundo.
- (E) Em época de Natal, todo o mundo tem a possibilidade de conhecer os programas Brasil Sorridente e Moçambique Sorridente.

05. Assinale a alternativa que substitui, respectivamente, sem alteração de sentido, as expressões em destaque nas frases:

O país, que tem apenas 60 cirurgiões-dentistas e uma população de 20 milhões de habitantes, vai adotar o modelo brasileiro de política pública odontológica para o seu povo e a participação da ABO (Associação Brasileira de Odontologia), *no vislumbre de* um futuro melhor para a saúde bucal dos moçambicanos, *começou...*

A despeito de todas as diferenças étnicas, culturais e econômicas, a humanidade *compartilha* de uma necessidade básica: saúde.

A ABO, como entidade humanista, já atua com responsabilidade social e ambiental e, agora, não vai se *furtar* a sua responsabilidade de promover a saúde bucal.

(A) - na perspectiva de, comparticipa, se eximir de

(B) - na possibilidade de, usufrui, se retirar de

(C) - na projeção de, depende, se redimir de

(D) - na contemplação de, padece, se livrar de

(B) - na hipótese de, resulta. se esquivar de

06. Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, as ideias expressas pelas orações em destaque em:

- Não se trata de negar o mérito de sua origem, *mas de ampliá-la ao máximo...*

- A ABO (...) quer ajudar o governo de Moçambique *para que o povo moçambicano também tenha acesso aos benefícios da Odontologia contemporânea. (...)*

- *Com a proximidade do Natal, quando o senso humanista é evidenciado ao redor do mundo, a ABO renova esse compromisso, não só por um Brasil Sorridente ou Moçambique Sorridente, mas por um planeta inteiro de sorrisos.*

(A) Conclusão, tempo, causa.

(B) Adição. finalidade, conformidade.

(C) Adversidade, causa, tempo.

(D) Conclusão, consequência, tempo.

(E) Adversidade, finalidade, tempo.

07. Assinale a alternativa com a concordância correta, se fossem usadas no plural as palavras em destaque nas frases:

- Não se trata de negar o *mérito...*

- A melhor *estratégia* deverá ser um levantamento sobre a saúde bucal.

- Deve haver *propósito* humanista nas entidades de saúde bucal.

(A) Não se trata de negar os méritos.../ As melhores estratégias deverão ser um levantamento sobre saúde bucal./ Deve haver propósitos humanistas nas entidades de saúde bucal.

(B) Não se tratam de negar os méritos.../ As melhores estratégias deverão ser um levantamento sobre saúde bucal./ Deve haver propósitos humanistas nas entidades de saúde bucal.

(C) Não se trata de negar os méritos.../ As melhores estratégias deverá ser um levantamento sobre saúde bucal./ Devem haver propósitos humanistas nas entidades de saúde bucal.

(D) Não se tratam de negar os méritos.../ As melhores estratégias deverão serem um levantamento sobre saúde bucal./ Devem haver propósitos humanistas nas entidades de saúde bucal.

(E) Não se tratam de negar os méritos.../ As melhores estratégias deverão ser um levantamento sobre saúde bucal./ Deve haverem propósitos humanistas nas entidades de saúde bucal.

08. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego e à colocação do pronome pessoal.

(A) A ABO criou um programa de saúde bucal e levou-lhe a Moçambique.

(B) Os cirurgiões-dentistas criaram suas próprias associações e tomaram-nas humanitárias.

(C) A ABO afirmou que vai levar o programa a Moçambique para lhe aplicar, depois, em toda a África.

(D) A Odontologia do primeiro mundo? A nossa não deve-lhes nada, disseram os dentistas brasileiros.

(E) O governo de Moçambique espera a chegada dos profissionais brasileiros. Já comunicaram-nos que haverá.

09. Atente para as afirmações:

I. Na frase - A despeito de todas as diferenças étnicas, culturais e econômicas, a humanidade compartilha de uma necessidade básica: a saúde. - a expressão *A despeito de tem sentido de contanto que.*

II. Quanto à pontuação, está correta a frase: Cirurgiões-dentistas brasileiros espera-se que os senhores possam colaborar, em Moçambique, com a recuperação da saúde bucal das pessoas.

III. A alteração da frase - ...políticas públicas de saúde que servem de modelo para o mundo. - está gramaticalmente correta em: políticas públicas de saúde que se prestam a modelo para o mundo.

IV. Na frase - ...mas é gratificante acompanhar nossas conquistas servindo de exemplo para populações tão diversas socialmente. - as palavras *tão e socialmente* indicam, respectivamente, ideia de intensidade é de modo.

Está correto apenas o que se afirma em:

(A) I e II.

(B) II e III

(C) I e III

(D) II e IV.

(E) III e IV.

10. Assinale a alternativa em que as duas frases estão corretas quanto ao uso ou não do acento indicativo da crase

- (A) ABO é a líder mundial da educação./A atuação internacional da ABO esta servindo de exemplo a odontologia de Moçambique.
- (B) Graças as pesquisas da ABO, foram definidos novos métodos de trabalho./ Com vistas à educação e à saúde bucal, foram programados novos cursos.
- (C) Seja para uso diário ou tratamento, a Colgate tem à maior linha de produtos./ O que diferencia o veneno do remédio é a dose.
- (D) O SUS faz bem à saúde bucal dos brasileiros?/ Uma das ações da campanha foi prestar serviços às associações dos profissionais.
- (E) Rede ABO, a entidade de maior capilaridade do Brasil. Os profissionais foram à Moçambique participar do congresso de Odontologia.

ABITEP

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. De acordo com a Lei Federal nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências, pode-se afirmar que

(A) a carteira profissional do cirurgião-dentista é a prova de sua habilitação ao exercício da Odontologia, não Valendo, no entanto, como documento de identidade.

(B) todo aquele que, mediante anúncios, placa, cartões ou outros meios quaisquer, se propuser ao exercício da Odontologia fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão, se não estiver devidamente registrado.

(C) O poder disciplinar de aplicar penalidades aos cirurgiões-dentistas compete apenas ao Conselho Federal de Odontologia, mediante comunicação dos Conselhos Regionais em que estavam inscritos ao tempo do fato punível.

(D) as denúncias contra os seus membros poderão ser aceitas pelos Conselhos Regionais mesmo quando forem anônimas.

(E) apenas ao Conselho Federal de Odontologia compete a fiscalização do exercício da profissão, em harmonia com os órgãos sanitários competentes.

12. De acordo com o Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, que regulamenta a Lei Federal nº 4.324, de 14 de abril de 1964, pode-se afirmar que

(A) O mandato dos membros do Conselho Federal de Odontologia será meramente honorífico.

(B) os requisitos para a eleição de um membro do Conselho Federal de Odontologia são a nacionalidade brasileira, a qualidade de cirurgião-dentista, a inscrição no Conselho Regional e o título de mestre nu doutor.

(C) é permitida a acumulação de mandato de membro do Conselho Federal de Odontologia com o de membro do Conselho Regional.

(D) qualquer membro da diretoria do Conselho Federal de Odontologia poderá ser substituído mediante deliberação exclusiva de seu Presidente.

(E) os membros do Conselho Federal de Odontologia são escolhidos mediante escrutínio secreto e maioria de Votos dos cirurgiões-dentistas devidamente inscritos nos Conselhos Regionais.

13. Entende-se como exercício temporário da profissão, em região diferente da jurisdicionada pelo Conselho Regional de Odontologia no qual o cirurgião-dentista apresenta-se inscrito, o de no máximo.

(A) 15 dias.

(B) 30 dias.

(C) 60 dias.

(D) 90 dias.

(E) 120 dias.

14. As afirmativas seguintes relacionam-se com as competências dos Conselhos Regionais de Odontologia, de acordo com o Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971.

I. Compete aos Conselhos Regionais de Odontologia a expedição de carteiras aos profissionais inscritos em seus quadros.

II. Estará habilitado para o exercício profissional, em todo o território nacional o cirurgião-dentista que possuir registro no Conselho Regional sob cuja jurisdição se encontrar a faculdade de Odontologia na qual se formou.

III. Se o cirurgião-dentista inscrito em um Conselho Regional exercer suas atividades na região jurisdicionada por outro Conselho Regional ficará obrigado a nele requerer inscrição, sempre.

Pode-se afirmar que está Correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15. Segundo o art. 31 do Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, a imposição das penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais de Odontologia, salvo nos Casos de gravidade manifesta que exijam aplicação imediata de penalidade mais grave, obedecem à seguinte gradação:

(A) advertência confidencial em aviso reservado; censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional por até 30 dias e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.

(B) censura pública, em publicação oficial; advertência confidencial em aviso reservado; Censura confidencial em aviso reservado; suspensão do exercício profissional por até 30 dias e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federa.

(C) advertência confidencial em aviso reservado; suspensão do exercício profissional por até 30 dias; censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.

(D) suspensão do exercício profissional por até 30 dias; advertência confidencial, em aviso reservado; censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.

(E) suspensão do exercício profissional por até 30 dias; censura confidencial em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; advertência confidencial, em aviso reservado e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.

16. Segundo o procedimento administrativo por infração à lei, disposto no Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, poderá o Presidente do Conselho Regional de Odontologia mandar lavrar o auto respectivo, diretamente, sem manifestação prévia de Comissão que aborda o assunto respectivo, quando

(A) se tratar de infração ao Código de Ética, mesmo sem a subscrição do auto de infração por um dos Diretores do Conselho.

(B) se tratar de infração ao Código de Ética, desde que o auto de infração seja subscrito por um dos Diretores do Conselho.

(C) julgar provada a infração, desde que não se trate de infração ao Código de Ética.

(D) a infração tiver sido cometida por um dos Diretores do Conselho.

(E) o infrator admitir sua culpa.

17. Ainda segundo o procedimento administrativo citado na questão 16, diante da não-aceitação do resultado do julgamento pelo infrator este poderá interpor recurso, após ter sido Comunicado por escrito, dentro do prazo máximo de

(A) 15 dias, para apreciação pelo Conselho Regional de Odontologia.

(B) 30 dias, para apreciação pelo Conselho Federal de Odontologia.

(C) 60 dias, para apreciação pelo Conselho Regional de Odontologia.

(D) 90 dias, para apreciação pelo Conselho Federal de Odontologia.

(E) 120 dias, para apreciação pelo Conselho Regional de Odontologia.

18. De acordo com o disposto na Lei Federal n. 6.710, de 5 de novembro de 1979, regulamentada pelo Decreto n° 87.689, de 11 de outubro de 1982, e na Resolução CFO 23/2005, é Vedado ao Técnico de Prótese Dentária.

(A) treinar auxiliares e serventes de seu laboratório.

(B) fazer propagandas em revistas especializadas para cirurgiões-dentistas.

(C) fazer propaganda de seus serviços ao público em geral.

(D) executar a parte laboratorial dos trabalhos de prótese odontológica.

(E) ser o responsável legal do laboratório de prótese.

19. De acordo com a Resolução CFO 42, de 20 de maio de 2003, guardar e resguardar segredo profissional, exceto em situações de justa causa, representam

(A) uma infração ética.

(B) um direito fundamental, apenas.

(C) um dever fundamental, apenas.

(D) um direito e um dever fundamental, respectivamente.

(E) uma boa prática não prevista no Código de Ética Odontológica.

20. As afirmativas seguintes relacionam-se às disposições preliminares contidas no Código de Ética Odontológica, aprovado pela resolução CFO 42, de 20 de maio de 2003.

I. O Código de Ética Odontológica regula os direitos e deveres dos profissionais e entidades com inscrição nos Conselhos de Odontologia.

II. O Código de Ética Odontológica não se aplica aos direitos e deveres das operadoras de planos de saúde, inscritas nos Conselhos de Odontologia.

III. As normas do Código de Ética Odontológica devem ser seguidas pelos profissionais e auxiliares de Odontologia, não se aplicando às pessoas jurídicas.

Pode-se afirmar que está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

21. Recusar-se a exercer profissão em âmbito público ou privado em local onde as condições de trabalho não sejam dignas, seguras ou salubres constitui, para o cirurgião-dentista,

- (A) uma infração ética.
- (B) um direito fundamenta.
- (C) um dever fundamental.
- (D) uma conduta repreensível pelo Conselho Federal de Odontologia.
- (E) uma boa prática não prevista no Código de Ética Odontológica.

22. A formulação de protocolos diagnósticos e terapêuticos por instituições públicas ou privadas tem contribuído para a boa prática da Medicina e da Odontologia, mesmo que em algumas situações limitem a escolha dos meios diagnósticos e terapêuticos. Sob a ótica do Código de Ética Odontológica, durante o atendimento a um paciente institucional, cujo diagnóstico implica a utilização de um determinado protocolo, com limitação dos recursos terapêuticos, ainda que disponíveis, o cirurgião-dentista

- (A) deverá aplicar o protocolo, eximindo-se totalmente da responsabilidade legal pelos seus atos.
- (B) deverá aplicar o protocolo, pois do contrário estaria incorrendo em infração ética.
- (C) poderá não aplicar o protocolo, sem que cometa uma infração ética.
- (D) poderá não aplicar o protocolo, mas não poderá amparar-se no Código de Ética em eventual processo administrativo.
- (E) deverá recusar-se a aplicar o protocolo, mesmo que a recusa signifique malefício ou cerceamento da livre escolha do paciente.

23. Para a fixação dos honorários profissionais deve-se considerar, entre outros, a complexidade do caso e o conceito profissional, constituindo-se infração ética

- (A) fixar honorários de acordo com o costume do local
- (B) fixar honorários em função da colaboração do paciente durante o tratamento.
- (C) fixar honorários em função da condição socioeconômica do paciente.
- (D) oferecer serviços gratuitos a quem não possa remunerá-los.
- (E) oferecer serviços profissionais como prêmio em concurso de qualquer natureza.

24. O exercício e o anúncio das especialidades odontológicas deverão obedecer ao disposto no Código de Ética e às normas do Conselho Federal de Odontologia. Assim sendo, é lícito afirmar que

- (A) é permitido ao cirurgião-dentista intitular-se especialista, de acordo com sua experiência profissional, mesmo sem inscrição da especialidade no Conselho Regional.
- (B) compete apenas ao especialista em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial internar e assistir pacientes em hospitais públicos e privados.
- (C) a internação e a assistência a pacientes em hospitais, quando realizadas por cirurgiões-dentistas, independem das normas técnico-administrativas das instituições
- (D) para fins de diagnóstico, deverá o especialista atuar de forma autônoma, não devendo conferenciar com outros profissionais.
- (E) o especialista, atendendo a paciente encaminhado por cirurgião-dentista, deverá atuar somente na área de sua especialidade.

25. Se uma infração ética for cometida por um cirurgião-dentista contratado de uma clínica odontológica que emprega vários profissionais, responderá pelo eventual processo ético o

- (A) autor da infração, exclusivamente.
- (B) autor da infração, solidariamente com o responsável técnico.
- (C) autor da infração, solidariamente com os demais cirurgiões-dentistas empregados.
- (D) o responsável técnico, exclusivamente.
- (E) autor da infração, solidariamente com o responsável técnico e demais cirurgiões-dentistas empregados.

26. Com relação ao anúncio, propaganda e publicidade em Odontologia, pode-se afirmar que

- (A) são proibidos nos meios de comunicação ao público em geral.
- (B) é obrigatório constar o número do cadastro de pessoa física do responsável técnico, quando se tratar de pessoa jurídica, independentemente do meio em que são veiculados.
- (C) é obrigatório constar o nome e número de inscrição no Conselho Regional de Odontologia do responsável técnico, quando se tratar de pessoa jurídica e o anúncio for feito em revistas e jornais, exclusivamente.

(D) o profissional poderá intitular-se especialista, apenas se assim for inscrito no Conselho Federal de Odontologia.

(E) se admite a crítica a técnicas utilizadas por outros profissionais, considerando-as inadequadas ou ultrapassadas.

27. As afirmativas seguintes referem-se ao anúncio, propaganda e publicidade em Odontologia, exclusivamente de pessoas jurídicas, quando forem referidas especialidades.

I. Deverá haver, a serviço da pessoa jurídica, profissional inscrito no Conselho Regional de Odontologia na especialidade anunciada.

II. Deverá ser disponibilizada ao público a relação e qualificações dos profissionais com registro no Conselho Regional de Odontologia, nas especialidades anunciadas.

III Deverá ser disponibilizada ao público a relação dos profissionais especialistas.

Pode-se afirmar que está correto o contido em

(A) I, apenas.

(E) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) II e III.

28. Os aspectos éticos relacionados com a publicação científica estão previstos no Código de Ética Odontológica, sendo correto afirmar que

(A) a publicação de elementos que identifiquem o paciente é permitida, apenas com sua autorização escrita.

(B) pesquisas com animais não necessitam ser avaliadas por Comitês de Ética.

(C) o falseamento de dados estatísticos não constitui infração ética.

(D) a divulgação de tratamento ainda não reconhecido Cientificamente não constituirá infração ética se for realizada fora do meio científico.

(E) os responsáveis por serviços acadêmicos devem, obrigatoriamente, fazer constar seus nomes em publicações de pesquisas realizadas por seus subordinados, ainda que delas não tenham participado.

29. Na pesquisa científica em Odontologia, constitui infração ética

(A) utilizar-se de animais de experimentação sem objetivos claros e honestos.

(B) utilizar cadáveres para estudo ou exercício de técnicas cirúrgicas.

- (C) utilizar humanos.
- (D) realizar transplantes de órgãos.
- (E) envolver crianças.

30. Em seu art. 41, o Código de Ética Odontológica prevê a aplicação de penalidade mais grave em casos de manifesta gravidade, dentre os quais se inclui.

- (A) denunciar exercício irregular da profissão.
- (B) manter atividade profissional durante a vigência de penalidade suspensiva.
- (C) servir-se de entidade de classe para promoção própria.
- (D) prestar assistência e serviços odontológicos a empresas não inscritas nos Conselhos Regionais.
- (E) eximir-se de responsabilidade nos trabalhos executados em pacientes pelos alunos.

31. Com relação às penas disciplinares advindas de infração ao Código de Ética Odontológica, está correto afirmar que

- (A) não poderão ser aplicadas Conjuntamente a penas pecuniárias.
- (B) poderão ser aplicadas conjuntamente a penas pecuniárias, apenas em casos de reincidência.
- (C) poderão ser atenuadas circunstancialmente, por exemplo pela inexistência de condenação prévia.
- (D) poderão ser atenuadas sob alegação do autor de desconhecimento do Código.
- (E) serão atenuadas na reincidência

32. Em suas disposições finais, o Código de Ética Odontológica estabelece que

- (A) as alterações do Código são de competência dos Conselhos Regionais, ouvido o Conselho Federal de Odontologia.
- (B) as alterações do Código são de competência exclusiva do Conselho Federal independentemente das proposições dos Conselhos Regionais.
- (C) o profissional penalizado com a cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal poderá ser objeto de reabilitação.
- (D) apenas o profissional penalizado por infrações de menor gravidade poderá ser objeto de reabilitação.
- (E) em caso de reincidência, as penas de multa não serão aplicadas.

33. O Processo Ético Odontológico, em todo o território nacional, é regido pela Resolução CFO 59/2004, devendo tramitar em sigilo. Segundo essa resolução,

(A) o sistema processual ético dos Conselhos de Odontologia é formado apenas por uma instância, a dos Conselhos Regionais.

(B) compete ao Conselho Federal de Odontologia julgar e aplicar a pena, se o ato punível for praticado fora da jurisdição do Conselho Regional no qual o profissional encontra-se inscrito.

(C) inscrito o profissional em mais de um Conselho Regional, a competência de julgamento e aplicação da pena será do Conselho Federal de Odontologia.

(D) a decisão proferida em ação ética produzirá seus efeitos onde o profissional tenha inscrições.

(E) o arquivamento do processo ético se dará no Conselho Federal de Odontologia.

34. No caso específico de julgamento de processos éticos de membros dos Conselhos Federal e Regional de Odontologia, caberá o julgamento, respectivamente,

(A) aos Conselhos Federal e Regional.

(B) ao Conselho Regional e Regional.

(C) aos Conselhos Regional e Federal.

(D) ao Conselho Federal e Federal.

(E) ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Federal.

35. De acordo com o art. 1. da Resolução CFO 63/2005, estão obrigados ao registro no Conselho Federal e à inscrição nos Conselhos Regionais de Odontologia em cuja jurisdição estejam estabelecidos ou exerçam suas atividades.

(A) os Cirurgiões-dentistas, apenas.

(E) os profissionais auxiliares, com exceção dos técnicos e auxiliares de prótese dentária.

(C) os cirurgiões-dentistas e os profissionais auxiliares, apenas.

(D) os laboratórios de prótese dentária e editoras de periódicos especializados.

(E) as entidades intermediadoras de serviços odontológicos e as empresas que industrializam produtos odontológicos.

36. É atividade privativa do cirurgião-dentista

(A) prescrever especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia, e aplicar as de uso interno. exclusivamente.

(B) proceder à perícia odontolegal em foro civil e criminal mas não no trabalhista.

(C) utilizar, exercício da função de perito odontológico, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça.

(D) aplicar anestesia local, regional e geral.

(E) atestar óbitos e estados mórbidos, quando devidamente registrado em especialidade cirúrgica.

37. A evolução técnica da Odontologia, em várias especialidades, tem motivado a intervenção sob anestesia geral, nas mais variadas situações. De acordo com as resoluções do Conselho Federal de Odontologia, o cirurgião-dentista poderá

(A) operar pacientes sob anestesia geral, apenas se executada por médico especialista, em hospital ou consultório Odontológico não-hospitalar, desde que este possua equipamento e medicamentos necessários para as manobras de ressuscitação e preservação da vida.

(B) atuar em pacientes submetidos a anestesia geral, apenas se executada por médico especialista e em ambiente hospitalar que disponha das indispensáveis condições comuns a ambientes cirúrgicos.

(C) operar pacientes submetidos a anestesia geral, apenas se o responsável pela equipe cirúrgica for médico cirurgião.

(D) atuar em pacientes submetidos a anestesia geral, apenas se executada por médico especialista, independentemente do ambiente cirúrgico.

(E) atuar em pacientes submetidos a anestesia geral, apenas se executada por médico especialista, em consultório odontológico não-hospitalar, desde que os medicamentos utilizados não induzam parada respiratória.

38. Na fiscalização de um estabelecimento hospitalar onde atuem estudantes de Odontologia, ainda não formados, deve-se considerar que

(A) o estágio curricular deve ser supervisionado por professor cirurgião-dentista da instituição de ensino onde o aluno estiver matriculado.

(B) é ilícito o estágio de estudante de Odontologia.

(C) a delegação de tarefas ao estagiário poderá ser levada a efeito através de qualquer um de seus superiores hierárquicos.

(D) a jornada de atividade do estágio poderá incompatibilizar-se com o horário do curso regular de Odontologia.

(E) a realização de estágio regular, por parte do estudante poderá acarretar Vínculo empregatício com a instituição.

39. De acordo com a Resolução CFO 23/2005, É Vedado ao auxiliar de prótese dentária

(A) a reprodução de modelos.

(B) a prensagem de peças protéticas em resina acrílica, sem a supervisão direta de um cirurgião-dentista ou de um técnico de prótese dentária.

(C) o vazamento de moldes em seus diversos tipos.

(D) a montagem de modelos nos diversos tipos de articuladores, mesmo sob a supervisão direta de um técnico de prótese dentária.

(E) a confecção de moldeiras individuais no material indicado.

40. A especialidade é uma área específica do conhecimento, exercida por profissional qualificado a executar procedimentos de maior complexidade, na busca de eficácia e da eficiência de suas ações. Com base nesse princípio e nas normas do Conselho Federal de Odontologia, pode-se afirmar que é permitido(a)

- (A) a inscrição de duas especialidades com base no mesmo curso realizado.
- (B) a inscrição de mais de duas especialidades, oriundas de cursos ou documentos diversos.
- (C) o exercício da especialidade sem a obrigatoriedade de atuação profissional em todas as áreas de competência.
- (D) o anúncio de especialidade, sem a inscrição no Conselho Federal, quando o cirurgião-dentista possuir título de doutor na área.
- (E) o anúncio de especialidade, sem a inscrição no Conselho Federal, quando o cirurgião-dentista possuir título de livre-docente na área.

41. O funcionamento de entidade prestadora de assistência odontológica e de empresa que comercializa e/ou industrializa produtos odontológicos é regido pela Resolução CFO 63/2005, segundo a qual

- (A) é obrigatória a existência, nas entidades prestadoras de serviço odontológico, de um cirurgião-dentista responsável técnico, Com exceção das entidades filantrópicas.
- (B) é obrigatória a existência, nas entidades prestadoras de serviço odontológico, de um cirurgião-dentista responsável técnico, sem exceções.
- (C) o cirurgião-dentista somente poderá ser responsável técnico por uma única entidade prestadora de assistência odontológica, exceção feita a matriz e Filial.
- (D) será considerado desobrigado da responsabilidade técnica o cirurgião-dentista que deixar de receber remuneração para tal, da entidade prestadora de assistência odontológica.
- (E) os serviços de Odontologia que funcionam em ambiente hospitalar estão desobrigados de responsável técnico perante o Conselho Regional de Odontologia.

42. Com relação aos Cursos de especialização, reconhecidos pelo Conselho Federal de Odontologia, pode-se afirmar que

- (A) se permitirá a coordenação, por um mesmo cirurgião-dentista, de três cursos ao mesmo tempo, desde que em horários diferentes.
- (B) ao final do curso, a apresentação de monografia, perante banca constituída por 2 examinadores e o professor orientador, será opcional.
- (C) no caso de renovação, não será necessária a autorização expressa do Conselho Federal de Odontologia, em portaria específica.
- (D) a jornada semanal mínima exigida dos cursos de especialização, pelo Conselho Federal de Odontologia, é de 12 horas, sem exceções.
- (E) a renovação do credenciamento e/ou do reconhecimento dos cursos terão a validade correspondente a uma turma.

43. O corpo docente da área de concentração de um curso de especialização, segundo exigências do Conselho Federal de Odontologia, deverá ser composto de cirurgiões-dentistas com a titulação mínima de mestre, na área da especialidade ou em área afim, e com título de especialista, na área do curso, no número mínimo de, respectivamente,

(A) 3 e 2.

(B) 2 e 2.

(C) 2 e 1.

(D) 4 e 4.

(E) 1 e 3.

44. Segundo a Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado, está correto afirmar que

(A) todo estabelecimento de saúde, após iniciar suas atividades, deverá encaminhar, à autoridade sanitária competente, documentação específica com a finalidade de obter licença de funcionamento.

(B) modificações nas instalações e equipamentos não necessitam ser encaminhados à autoridade sanitária.

(C) antes de iniciar suas atividades, todo estabelecimento de saúde deverá encaminhar, à autoridade sanitária competente, declaração de que seus equipamentos e funcionários, com exceção dos cirurgiões-dentistas, obedecem à legislação sanitária Vigente.

(D) se a autoridade sanitária constatar declarações inverídicas quanto à identidade, qualidade e segurança dos produtos ou serviços oferecidos à população, por um estabelecimento de saúde, fica obrigada a comunicar o fato à autoridade policial ou ao Ministério Público.

(E) após a obtenção da licença de funcionamento, todo estabelecimento de saúde deverá informar à autoridade sanitária competente, no prazo máximo de 90 dias, o nome do seu responsável técnico.

45. As afirmativas seguintes relacionam-se com a Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado.

I. A toda verificação em que a autoridade sanitária concluir pela existência de Violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.

II. As autoridades sanitárias, observados os preceitos constitucionais, terão livre acesso a todos os locais sujeitos à legislação sanitária, em dia e hora marcados, sendo as empresas, por seus dirigentes, exclusivamente, obrigadas a prestar os esclarecimentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais.

III. O Secretário de Estado da Saúde, bem como o Diretor do órgão de Vigilância sanitária, sempre que se tornar necessário, poderão desempenhar função de fiscalização.

Pode-se afirmar que está correto o contido apenas em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III
- (D) II.
- (E) I.

46. De acordo com a Lei Estadual n° 10.083, de 23 de setembro de 1998, a penalidade de interdição de um estabelecimento de saúde, prestador de serviços à comunidade, deverá

- (A) ser aplicada após instauração de processo pela autoridade competente, observando o prazo mínimo de 15 dias para a sua execução.
- (B) ser aplicada de imediato, sempre que o risco à saúde da população o justificar.
- (C) possuir três modalidades, a Cautelar, a liminar e a temporária.
- (D) ser sempre por tempo determinado.
- (E) possuir duas modalidades, a temporária e a definitiva.

47. Pode ser considerada uma circunstância atenuante de infração sanitária, para infrator,

- (A) ter sua ação sido fundamental para a consecução do evento.
- (B) ter agido com dolo.
- (C) ter coagido outrem para a execução material da infração.
- (D) desconhecer a lei sanitária.
- (E) ter procurado reparar ou minorar as consequências de seu ato.

48. Assinale a alternativa que apresenta áreas de competência para a atuação do cirurgião-dentista especialista em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial,

- (A) Retirada de enxertos ósseos, ainda que fora da área bucomaxilofacial.
- (B) Tratamento das neoplasias benignas das glândulas salivares maiores.
- (C) Tratamento das neoplasias malignas da boca e estruturas anexas.
- (D) Realização de cirurgias estético-funcionais do aparelho mastigatório.
- (E) Realização de acessos cirúrgicos cervicais infraíóideos.

49. Compete ao cirurgião-dentista especialista em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais.

(A) diagnosticar condições sistêmicas com repercussão comportamental.

(B) tratar alterações psicológicas com o intuito de possibilitar o atendimento odontológico.

(C) prestar atendimento hospitalar, exclusivamente, a pacientes que apresentem condições incapacitantes.

(D) diagnosticar problemas sistêmicos que possam repercutir na saúde bucal.

(E) aprofundar estudos e prestar atenção aos pacientes que apresentam problemas especiais de saúde com repercussão na boca e estruturas anexas.

50. De acordo Com o art. 176 da Resolução CFO 63/2005, o registro no Conselho Federal de Odontologia de certificado de curso de especialização expedido por entidades de classe deverá atender, entre outras, a seguinte exigência:

(A) após o início de cada curso, deverá a entidade requerer o seu credenciamento ou a sua renovação por meio de pedido encaminhado ao Conselho Federal.

(B) a comprovação de disponibilidade de local, instalações e equipamentos adequados ao funcionamento do curso, por meio de fotografias e plantas autenticadas, não poderá ser substituída por verificação direta nos locais, por membro do Conselho Regional.

(C) o número máximo de alunos matriculados em cada curso é de 12, exceto nos cursos de Saúde Coletiva e Odontologia do Trabalho.

(D) não poderá ser oferecido curso quinzenal, independentemente da especialidade.

(E) as disciplinas de Ética e Legislação Odontológica são obrigatórias em todos os cursos, exceto nos de Saúde Coletiva e Odontologia do Trabalho.